



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

Parecer nº 128/2026

Processo Administrativo Eletrônico nº 1.577/2026

Referência: Manutenção equipamentos odontológicos

EMENTA. CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO. IDENTIFICAÇÃO DE INCONGRUÊNCIA ENTRE CRITÉRIO DE JULGAMENTO E OBRIGATORIEDADE DE COTAÇÃO TOTAL. NECESSIDADE DE PEQUENOS AJUSTES PARA REGULARIDADE E SEGURANÇA JURÍDICO DO PROCESSO. Prosseguimento do feito condicionado às retificações, sujeito a avaliação da autoridade competente, ante as recomendações apresentadas ao longo do parecer.

1. Trata-se o presente expediente de processo administrativo destinado a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para manutenção de equipamentos odontológicos, mediante procedimentos auxiliar de registro de preços, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2. Consta nos autos os seguintes documentos para análise jurídica:

- I) Documento de Formalização de Demanda (DFD);
- II) Estudo Técnico Preliminar;
- III) Termo de Referência;
- IV) Documentos referente a pesquisa de preços;
- V) Minuta do edital e ata de registro de preços, e
- VI) Decreto de nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

3. Por último, a Diretoria de Compras e Licitações encaminha à Procuradoria do Município pedido para emissão de parecer jurídico para controle prévio de legalidade, conforme estabelecido nos artigos 53 da Lei nº 14.133, de 2021, levando em consideração também o disposto no artigo 28 do Decreto Municipal nº 10.792, de 2023.

4. **É o sucinto relatório. Passo ao Parecer.¹**

I. DA ANÁLISE JURÍDICA

¹ Os pareceres, quando emitidos por órgão técnico ou pessoa física habilitada da Administração, são manifestações técnicas sobre assunto submetido a uma análise objetiva, de caráter meramente opinativo. (BRAZ, Petrônio. *Direito Municipal na Constituição*. Leme: LED, 2003, pág.273).



5. Primeiramente, cumpre destacar que o parecer se caracteriza como um ato opinativo. No âmbito jurídico, sobretudo na Administração Pública, o parecer denominado de parecer jurídico, surge na maioria dos casos, de uma consulta realizada por órgãos ou agentes públicos.
6. A opinião do parecerista exterioriza-se a partir da emissão do respectivo parecer jurídico, do qual em regra, não vincula o administrador, possuindo este a discricionariedade de seguir a opinião disposta ou não.
7. Assim, de regra, o parecer consubstancia uma opinião técnica, pessoal do emitente, ou seja, reflete apenas um juízo de valor, não vinculando o administrador, que tem a competência decisória, para praticar o ato administrativo de acordo ou não com o sugerido pelo consultor jurídico. Sendo atos diversos, o parecer jurídico e o ato próprio e discricionário praticado pela autoridade competente.
8. Neste sentido, tem-se que o parecer jurídico concretiza-se, seja a pedido do administrador ou por exigência legal para aclarar e nortear o administrador que pode segui-lo ou ignorá-lo, quando da prática de determinado ato administrativo.
9. Como bem salientado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *“o parecer não possui efeito normativo por si mesmo [...] É o despacho dessa autoridade que dá efeito normativo ao parecer”*².
10. Dito isso, passamos a análise do mérito.
11. Inicialmente, cabe mencionar que formalizado o Requerimento de Contratação (REC), é essencial identificar a necessidade subjacente a sua contratação. Para isso, a Lei nº 14.133/2021 define a fase preparatória como primeira etapa do processo licitatório e é disciplinada pelo Capítulo II da referida lei.
12. No âmbito do Poder Executivo municipal, o Decreto nº 10.792/2023 regulamentou que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e que as licitações para aquisições de bens e prestação de serviços, inclusive as contratações diretas quando for o

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo: Atlas*, 2012. p. 239



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

caso, deverão ser precedidas de estudo técnico preliminar, análise de riscos e instruídas com termo de referência.

13. O art. 6º, inc. XX, da Lei nº 14.133/2021 disciplina que o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação. Em idêntico sentido ao exposto, é o ensinamento do doutrinador Marçal Justen Filho:

O estudo técnico preliminar, definido no art. 6º, inc. XX, consiste numa exposição inicial, que contempla os elementos genéricos e básicos da necessidade de contratação e das possíveis soluções a serem adotadas.

14. No mais, os próprios elementos que devem constar no ETP indicam isso, consoante se verifica no artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/21:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
[...]*

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

15. Após o registro mencionado, é importante destacar que não cabe ao órgão jurídico avaliar o mérito da oportunidade e conveniência das razões apresentadas pela Unidade Demandante, especialmente em contextos onde a tecnicidade é predominante. O papel do órgão jurídico é recomendar que a Unidade Demandante realize uma análise aprofundada da necessidade administrativa, orientando-a a registrar essa reflexão nos autos, caso ainda não tenha sido feito, ou aprimorá-la, se for insuficiente ou inadequada.

16. No presente caso, os servidores da Unidade Demandante elaboraram o Estudo Técnico Preliminar, que cumpre substancialmente os requisitos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando de forma clara a essencialidade do objeto, vinculando a manutenção dos inúmeros equipamentos odontológicos à continuidade e segurança dos atendimentos prestados pela rede municipal de saúde. A justificativa técnica para a contratação de empresa especializada (terceirização) mostra-se adequada diante da ausência de pessoal técnico qualificado no quadro próprio do Município.

17. No que tange ao Item 1 (Mão de Obra), a estimativa de 1.100 horas fundamenta-se em memória de cálculo robusta, baseada no histórico de consumo de contrato anterior. O acréscimo de 90 horas em relação ao consumo anterior foi devidamente motivado pelo aumento do inventário de equipamentos, atendendo ao dever de planejamento prospectivo.

18. Quanto ao Item 2 (Peças), a utilização da unidade de medida "Verba" foi justificada pela inviabilidade técnica de prever a especificidade dos componentes. Todavia, este órgão jurídico ressalva que a modelagem de execução deve garantir a economicidade, recomendando-



se que o pagamento ocorra mediante comprovação de preços de mercado, o que será melhor apresentado a seguir, na análise do Termo de Referência.

19. A decisão pela não divisão do objeto em lotes (Lote Único) encontra-se tecnicamente motivada no ETP, em observância ao Art. 40, § 2º, inciso III da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que a segregação entre prestação de serviço e fornecimento de peças geraria diluição de responsabilidade técnica e prejuízo à eficiência operacional, sendo a gestão integrada a solução que melhor assegura a integridade dos equipamentos de saúde.

20. Por fim, o ETP conclui pela viabilidade técnica e econômica da contratação, apresentando elementos suficientes para balizar a elaboração do Termo de Referência e do Edital, estando em conformidade com as diretrizes de planejamento da Lei de Licitações.

21. O próximo passo após a elaboração do ETP com a escolha da melhor solução, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos. No mesmo sentido, os §§ 3º e 4º do art. 46 do Decreto Municipal nº 10.792, de 2023 definem que sempre que possível deve ser dedicado a cada processo a identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021:

§ 3º O órgão ou entidade demandante, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco, deverá proceder a uma análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou da contratação direta e da boa execução contratual.

§ 4º A análise a que se refere o § 3º, sempre que possível, deve levar em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento.

22. O Mapa de Gerenciamento de Riscos é um componente essencial da fase de planejamento, exigido pelo art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021. Seu objetivo é antever possíveis problemas que possam afetar a licitação e a execução do contrato, propondo medidas para mitigá-los.

23. O Mapa de Gerenciamento de Riscos apresentado atende às exigências do Art. 18, § 1º, X da Lei nº 14.133/2021, mapeando eventos relevantes como licitação deserta e atrasos na execução. Todavia, considerando a modelagem de 'Lote Único' com item de peças por valor estimado, este órgão jurídico recomenda a complementação do mapa para incluir os riscos de sobrepreço no fornecimento de peças e de inexecução da hora técnica. A mitigação desses



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

riscos deve estar vinculada às cláusulas de controle de preços e fiscalização técnica sugeridas nos tópicos anteriores deste parecer, garantindo que a estratégia de resposta ao risco seja efetiva e não meramente formal.

24. A pesquisa de preços que instrui o processo foi realizada em observância ao Art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e aos Arts. 58 a 61 do Decreto Municipal nº 10.792/2023, utilizando-se de parâmetros de mercado e contratações públicas similares.

25. 2.X.1. Do Item 1 (Mão de Obra Técnica) Para a definição do valor da hora técnica, a Administração utilizou o Portal Farol do TCE/SC, coletando preços de três municípios catarinenses (Penha, Curitiba e Canoinhas), cujos valores variaram entre R\$ 124,00 e R\$ 164,00.

26. Embora a Administração tenha optado pelo critério do 'Menor Preço' para a fixação do valor de referência (R\$ 124,00 para a hora técnica), este órgão jurídico recomenda avaliar a adoção da mediana como parâmetro, conforme facultado pelo Art. 59, § 1º, V do Decreto Municipal nº 10.792/2023.

27. A utilização do menor valor da amostra como teto máximo pode desestimular a participação de licitantes e elevar o risco de licitação deserta, visto que o valor de R\$ 124,00 situa-se significativamente abaixo dos demais preços coletados (R\$ 137,00 e R\$ 164,00). A adoção da mediana (R\$ 137,00) mostra-se mais prudente para garantir a ampla competitividade e a seleção de uma proposta que seja, ao mesmo tempo, econômica e exequível, permitindo que a real redução de preços ocorra durante a fase de lances, e não na fixação do teto.

28. Quanto ao item de peças, a Administração adotou metodologia mista, baseando-se no histórico de consumo (Contrato nº 001/2020) e em licitações similares de outros entes. A média anual apurada de R\$ 69.019,47 mostra-se um parâmetro razoável para a reserva orçamentária, dada a impossibilidade técnica de prever os quantitativos exatos de componentes.

29. Ressalte-se que, conforme o Art. 59 do Decreto Municipal nº 10.792/2023, a pesquisa de preços deve refletir o valor de mercado. No caso das peças, como não há uma tabela padronizada, a vantajosidade da estimativa fica condicionada à aplicação das regras de controle na execução (comprovação de preços e desconto linear), conforme sugerido na seção de "Critérios de Julgamento" deste parecer.

30. Quanto à elaboração do Termo de Referência, o art. 54, do Decreto Municipal nº 10.792/2023, dispõe que este documento deverá os elementos do inciso XXIII do art. 6º da mesma lei:



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
- j) adequação orçamentária;*

31. O Termo de Referência juntado aos autos, está bem estruturado e detalha adequadamente a maioria dos pontos necessários para a contratação. O Termo de Referência define o objeto como serviços comuns e contínuos, o que autoriza a adoção da modalidade Pregão, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

32. O documento apresenta uma descrição detalhada do objeto, justificando adequadamente a escolha da solução integrada (serviço + peças) para evitar a diluição de responsabilidades técnicas e garantir a agilidade nos atendimentos de saúde. A opção pelo Lote Único encontra-se devidamente motivada, em observância ao Art. 40, § 2º, III da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que o parcelamento seria tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso para a gestão da rede municipal de saúde.

33. Não obstante a qualidade técnica da descrição do objeto, identifica-se a necessidade de adequações pontuais para garantir a plena legalidade e economicidade da contratação. A análise do critério de julgamento é ponto nevrálgico do presente processo, dada a natureza mista da contratação (serviços de manutenção e fornecimento de peças).



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

34. O TR prevê o julgamento baseado exclusivamente no valor do serviço (mão de obra), estabelecendo um valor prévio e fixo para as peças, sem disputa de lances para este item, sob a justificativa de imprevisibilidade de quantitativos e necessidade de vinculação orçamentária.

35. Sob a ótica jurídica, tal modelagem apresenta riscos elevados:

- Risco de Contratação Direta: Ao retirar o item de peças da disputa competitiva, a Administração pode incorrer em "contratação direta" indevida, violando o dever constitucional de licitar e o princípio da ampla competitividade.
- Ausência de Economicidade: Sem um mecanismo de desconto ou disputa sobre as peças, o Município perde a oportunidade de obter preços mais vantajosos, ficando refém de um valor estimado que pode não refletir a realidade de mercado no momento da execução.
- Vulnerabilidade perante Órgãos de Controle: A adjudicação de um item sem lances, dentro de um lote, é frequentemente objeto de questionamentos pelos Tribunais de Contas, por configurar potencial prejuízo ao erário.

36. Para atender à necessidade estratégica do Município (previsibilidade orçamentária e foco na mão de obra) sem ferir a legalidade, sugere-se a adoção da seguinte modelagem:

- a) Critério de Menor Preço Global do Lote: O julgamento deve considerar a soma da mão de obra (Item 1) e das peças (Item 2). Para fins de disputa, o Item 2 terá o valor fixado em R\$ 65.000,00, servindo como teto e reserva orçamentária.
- b) Disputa Focada na Mão de Obra: A fase de lances recairá sobre o valor global, mas, na prática, a redução ocorrerá no Item 1, preservando a intenção da Secretaria de manter o saldo orçamentário das peças intacto para empenho.
- c) Mecanismo de Controle de Preços (Art. 23, § 4º da Lei 14.133/2021): A ausência de lances diretos no item de peças será juridicamente suprida pela obrigatoriedade de a Contratada comprovar, no ato de cada manutenção, que o preço da peça é compatível com o mercado (apresentação de 03 notas fiscais de vendas similares).
- d) Cláusula de Desconto Linear: Recomenda-se inserir no Edital a exigência de um desconto linear mínimo (ex: 5%) sobre o menor preço de mercado comprovado. Isso garante que a Administração sempre pague um valor inferior ao praticado no balcão, assegurando a economicidade exigida por lei.

37. A adequação sugerida transforma uma potencial irregularidade em uma estratégia de gestão eficiente. Ela garante a vinculação orçamentária pretendida, simplifica o julgamento para o



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

pregoeiro e, simultaneamente, institui travas de segurança que garantem o pagamento de preços justos e comprovados durante toda a vigência contratual.

38. Outro ponto que destacamos é que ao confrontar os documentos que instruem a fase preparatória, identifica-se discrepância injustificada nos valores atribuídos ao Item 2 (Peças), conforme detalhado abaixo:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP - Doc. 2): Estima o Item 2 em R\$ 69.019,47, baseando-se na média histórica de consumo dos últimos três anos.
- Termo de Referência (TR - Doc. 4): Estima o mesmo item em R\$ 65.000,00, sem apresentar a memória de cálculo que justifique a redução em relação ao ETP.
- Edital (Capa): Indica o valor total da aquisição como R\$ 201.400,00, valor este que resulta da soma da mão de obra com o valor reduzido de R\$ 65.000,00 para as peças.

39. A existência de valores divergentes entre o planejamento (ETP) e os instrumentos convocatórios (TR e Edital) fere o princípio do planejamento e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 2º do Decreto Municipal nº 10.792/2023.

40. O ETP é o documento que deve nortear toda a contratação; se a média histórica apurada tecnicamente foi de R\$ 69.019,47, a redução arbitrária para R\$ 65.000,00 no TR e no Edital carece de motivação e pode levar ao subdimensionamento da reserva orçamentária necessária para a manutenção da rede de saúde.

41. Ademais é imperativo considerar o impacto da alteração da metodologia de cálculo para o Item 1 (Mão de Obra), se atendida a recomendação anterior quanto a aplicação da mediana para estabelecer o valor de referência, substituindo o "Menor Preço" (R\$ 124,00) pela Mediana (R\$ 137,00) para a hora técnica, visando mitigar o risco de licitação deserta e garantir a exequibilidade dos serviços. Considerando o quantitativo de 1.100 horas previsto no ETP, o valor estimado para este item sofre a seguinte alteração:

- Valor Anterior (Menor Preço): R\$ 136.400,00
- Novo Valor Estimado (Mediana): R\$ 150.700,00

42. Com a unificação do Item 2 (Peças) pela média histórica de R\$ 69.019,47 e a atualização do Item 1 pela mediana, o valor total estimado para o certame deve ser integralmente retificado em todos os instrumentos da fase preparatória para R\$ 219.719,47.



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

43. Recomenda-se a unificação dos valores em todos os documentos do processo. Principalmente considerando que a média histórica de R\$ 69.019,47 apresenta maior lastro técnico e fático, este deve ser o valor de referência adotado para o Item 2 no ETP, no TR e no Edital.

44. Consequentemente, o valor total da aquisição na capa do Edital deve ser retificado para refletir a soma correta da mão de obra com a média histórica das peças, garantindo a coerência e a transparência de todo o procedimento licitatório.

45. Quanto as minutas do edital e da ata de registro de preços, juntado aos autos, verifica-se que os documentos reúnem as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie e na norma de regência. Outrossim, em razão das fragilidades e recomendações exaradas na avaliação do ETP e TR, e sendo as mesmas atendidas, deverá ser adequado o Edital por consequência.

46. A escolha da modalidade Pregão, na forma eletrônica, revela-se adequada, uma vez que o objeto – prestação de serviços de emissão de laudos médicos – enquadra-se na definição de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

47. Quanto a escolha pelo Sistema de Registro encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), alinhando-se às hipóteses previstas no Art. 82, § 5º, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 84 do Decreto Municipal nº 10.792/2023.

48. A natureza do objeto — manutenção corretiva de equipamentos odontológicos — caracteriza-se pela imprevisibilidade da demanda, uma vez que a necessidade de intervenção técnica e a substituição de peças específicas dependem de fatores aleatórios de desgaste e falha mecânica. Tal cenário impossibilita a definição prévia e exata do quantitativo a ser demandado, tornando o SRP o instrumento mais eficiente para garantir a continuidade dos serviços de saúde bucal sem a obrigatoriedade de desembolso imediato de todo o valor estimado.

49. A minuta exige, corretamente, o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) para os profissionais responsáveis pelos laudos. Entretanto, é necessário assegurar que o Edital não exija que esses profissionais integrem o quadro permanente da empresa no momento da licitação, bastando a declaração de disponibilidade ou compromisso de contratação, sob pena de violação à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o rigor excessivo na fase de habilitação.



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

II. DA CONCLUSÃO

50. Ante o exposto, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, levando em consideração também o disposto no artigo 28, *caput* e §2º do Decreto Municipal nº 10.792/2023, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, recomenda-se o prosseguimento do processo, condicionado as retificações indicadas, sujeito à avaliação da Autoridade Competente quanto à oportunidade e conveniência do ajuste.

51. Sendo estas as considerações que nos parecem pertinentes a presente questão, sem embargo de eventuais opiniões divergentes que possa existir.

Caçador, SC, 18 de maio de 2026.

Roselaine de Almeida Périco
Procuradora Municipal – Portaria n. 11.132/02
OAB/SC 12.903